

A MISSÃO E A ESTRUTURA

“Artigo publicado originalmente na revista Simpósio n. 35. (Aste, dezembro de 1992)

Jaci Maraschin

Introdução

A Igreja é o mais importante modelo da missão. Sua estrutura é fundamentalmente missionária. Organiza-se para a missão de tal maneira que quando dizemos “igreja” estamos igualmente dizendo “missão”. Esta afirmação parte de certas perspectivas teológicas:

a. Missão é a atividade de Deus no mundo relacionada com a criação e com a redenção;

b. O objetivo final da missão é a plena realização do Reino de Deus tanto no domínio histórico como na dimensão escatológica;

c. Deus chama o seu povo para trabalhar com ele na implantação de seu Reino já agora;

d. Em Jesus Cristo torna-se claro o alvo da criação: por meio da inspiração do Espírito Santo, os discípulos viram nele o começo da nova criação e a chave para a compreensão do Reino;

e. Ele foi, na sua época, o melhor sinal da missão de Deus ao mesmo tempo em que anunciava avinda desse Reino para todos;

f. Seu ministério foi missionário: chamou mulheres e homens para andar com ele;

g. A Igreja surgiu como consequência desse chamado e tarefa; veio do compromisso de Jesus e de seus amigos (as) com o Reino;

h. A Igreja é a estrutura que conhecemos agora relacionada com a missão de Deus, muito embora não possamos limitar a ação de Deus ao que ela faz;

i. Entretanto, como ficamos sabendo da vontade de Deus por meio da igreja, a participação em sua vida é o caminho natural de nossa resposta à vocação divina e à missão.

A Igreja, no entanto, é um corpo vivo sujeito a mudanças e transformações segundo os contextos em que vive. Está sujeita à decadência como qualquer outro corpo social e, portanto, mantém-se aberta à reforma. Na verdade, em face da tendência natural das instituições para o esvaziamento, a Igreja só pode ser a verdadeira Igreja quando se reforma constantemente, como já previam os reformadores.

A Igreja, enquanto modelo principal da missão, precisa criticar as próprias estruturas para transformá-las. Essa transformação só será relevante quando se der por causa da missão.

a. O primeiro elemento a ser criticado e transformado é a estrutura eclesiástica do poder. O poder é exercido por meio de organizações e instituições representadas e concretizadas em pessoas. O poder nunca é bom ou mau em si mesmo. Trata-se da intencionalidade de todos os seres, na busca de seu desenvolvimento e na construção do próprio destino. Vem das profundezas da liberdade e expõe-se a inúmeros perigos. Ninguém sabe de que maneira o poder será projetado no tempo e no espaço. Segundo o ensinamento de Jesus, “todo o poder vem de Deus”. Ele jamais reivindicou para si um poder que lhe fosse próprio. Ele, e subseqüentemente, os discípulos estavam no meio do poder divino que lhes orientava para a realização do Reino de Deus. O poder era sempre “procedente de Deus” e sempre se dirigia “para Deus”. Assim, era visto como processo, força dinâmica, que não existia para si mesmo para “para a missão”. Nesse caso, considerando que a Igreja é o modelo principal da missão, poder significa a abertura da Igreja para a missão. Posto que a “abertura” pertence à própria estrutura da Igreja, a Igreja sempre será tentada a negá-la, fechando-se a si mesma, de tal maneira que a missão se transforma em “preservação” e não em “transformação”. Se a Igreja é o modelo principal da missão, o primeiro sinal de seu comprometimento com a missão tem de ser visto na abertura de sua estrutura para a missão.

De que maneira este poder será canalizado para tal propósito?

a.1. Segundo Jesus, o Espírito Santo precisa ser reconhecido como a força transmissora do poder nas estruturas da Igreja. Esse Espírito é livre e “sopra onde quer”, reunindo o povo de Deus para fazer a sua vontade. Ordenações e consagrações são apenas sinais visíveis (sacramentos) dessa atividade espiritual.

Um dos pecados da Igreja tem sido a confusão teológica entre o poder do Espírito Santo e o assim chamado poder das autoridades religiosas. Esta confusão cria arrogância, separação e autoritarismo. Ouvi recentemente de um bispo metodista no Brasil a confissão pública de que o seu ofício produzia isolamento e solidão. Por que deveriam bispos, sacerdotes, diáconos e outros em autoridade sentir tal solidão? Que está errado nessas instituições que engendra separação em lugar de comunidade? É provável que as estruturas de nossas igrejas tenham resultado de princípios políticos como o feudalismo ou as antigas monarquias. Sabemos pela história que em certos períodos da vida da igreja o bispo era obrigado a ser também o príncipe, para governar não apenas a sua diocese mas também a sua cidade-estado ou principado. O único remanescente desta situação histórica é o Papa da Igreja Romana. Mas as marcas do monarquismo ainda sobrevivem em alguns lugares e aí o bispo ainda se sente um príncipe, mesmo se às vezes, um

príncipe pobre e decadente como encontramos em algumas famílias reais ainda hoje. Mas, não obstante, um príncipe! Qualquer estrutura principesca do episcopado não tem valor algum para a missão. O bispo missionário não pode ser ao mesmo tempo, o monarca. Precisa ser pastor e amigo de seu povo, e deve viver com o povo no mesmo nível social existente. Vai com o povo para o campo. Ouve o povo e se mostra atento ao que diz o mundo.

A tendência política na vida secular da América Latina oscila entre o autoritarismo militar selvagem e o machismo policialesco. Por causa dessa situação têm surgido inúmeros modelos piramidais de estrutura. Lá no alto, a figura do chefe que representa em si o poder da instituição. Em nosso sistema anglicano na América Latina, a Igreja sente-se muitas vezes tentada a reproduzir em sua vida estrutural o mesmo modelo da sociedade. É certo que a tradição confere ao bispo um papel especial e esse papel, às vezes se torna mais importante que a própria pessoa que o representa. A Igreja é um corpo sacramental que sempre tem dado importância a sinais e símbolos. É, na verdade, por esses meios que a igreja manifesta a vida de Cristo no mundo. Se os modelos das estruturas da missão devem ser apoiados, teremos de tudo fazer para que a imagem de poder das autoridades eclesásticas manifestem decididamente a figura do bom pastor em lugar da figura desgastada do príncipe decadente. A Bíblia oferece inúmeras sugestões para isso.

a.2. Não devemos imaginar que o poder autocrático e autoritário só possa se revelar no ministério do bispo. Essa inclinação ao poder desregrado também se manifesta nas diferentes camadas do clero e entre muitos leigos em posição de liderança na Igreja. Paróquias e missões podem se transformar em pequenos feudos. Há leigos que exercem poder com excepcional autoritarismo, especialmente quando encarregados de programas especiais. As comunidades locais podem ser dominadas por famílias de “prestígio” e, muitas vezes os próprios membros das famílias clericais aceitam posições de representação que nunca se renovam. Este exercício de poder aparece, por exemplo, na indicação de pessoas para representar a igreja em nível internacional, nacional, diocesano ou local. Em geral, os concílios diocesanos se constituem das mesmas pessoas anos após anos. As mesmas pessoas conseguem se eleger (?) para os encontros sinodais. Dessa forma, a estrutura da Igreja se transforma nunca estrutura de exclusão. Por quê Talvez exista um modelo de estrutura baseado num determinado tipo particular de preferência teológica em relação com a missão da igreja incapaz de tolerar dissidência. O Anglicanismo orgulha-se de ser um movimento pluralista. Mas, na realidade cotidiana, esse pluralismo é difícil de gerenciar. Não obstante, o pluralismo é um dos mais criativos elementos da missão. O problema é que nossas igrejas consideram-no bom para a fachada externa da igreja, mas não se animam a adotá-lo na vida interior eclesástica. É por isso que estamos designando sempre as mesmas pessoas (bispos, clérigos e leigos) para encontros no Brasil e em outros países.

Quando digo “as mesmas pessoas”, estou me referindo a “pessoas portadoras do mesmo tipo de ideologia eclesástica dominante nos níveis mais altos da nossa organização”. Certamente, trata-se de fato natural e humano. Não podemos, naturalmente, desperdiçar os talentos e a boa vontade das melhores pessoas da nossa igreja. Naturalmente... Mas precisamos abrir os olhos para a realidade ao nosso redor e renovar os modelos da missão. A missão exige estruturas mais inclusivas, capazes de reconhecer os direitos não apenas dos “anglicanos do Livro de Oração Comum”, mas também dos

“anglicanos evangélicos”, dos “anglicanos anglo-católicos”, dos “anglicanos carismáticos”, dos “anglicanos da teologia da libertação” e de outros possíveis grupos. Todos nós temos nossas preferências e crenças. O anglicanismo sempre pretendeu representar um lugar de encontro de todas essas tendências. Talvez eu não goste de trabalhar com pessoas que não pensam como eu. Mas essas pessoas, por sua vez, também não gostam de trabalhar comigo. Mas tudo isso implica a necessidade do desenvolvimento de uma nova espiritualidade de aceitação inspirada na alegoria do corpo, formulada pelo apóstolo Paulo.

a.3. Os modelos estruturais da missão abrem-se para o mundo. Representam poder de servir. Não começamos perguntando pelas necessidades da Igreja, mas pelas necessidades do mundo atual. A missão não nos chama ao eclesiocentrismo. O Conselho Mundial de Igrejas criou, faz algum tempo, um poderoso slogan: “o mundo provê a agenda”. É provável que esse slogan seja demasiadamente globalizante para nós. Talvez fosse melhor dizer, agora, que nossas comunidades locais fazem a agenda. De que maneira essa agenda afetaria a missão?

Devemos comunicar o evangelho à comunidade. Quando partimos dos textos antigos, a questão predominante é a interpretação. A interpretação tem caráter duplo. Temos, de um lado, o texto, e do outro, o intérprete. O texto mostra-se imutável e fechado em si mesmo. Trata-se de um dado. Que poderemos saber a seu respeito? Até onde ele se dá ao nosso conhecimento apesar da distância que existe entre a sua origem e o nosso tempo? O problema pende muito mais pelo lado do intérprete. Cabe ao intérprete a tarefa de comunicar a mensagem. O intérprete busca entender o texto a partir da tradição na qual foi entendido até hoje. O intérprete não é um indivíduo, muito embora quase sempre a interpretação se dê por meio de trabalho de indivíduos. O verdadeiro intérprete é a igreja, e os indivíduos apenas expressam a mente da Igreja. O evangelho, por sua vez, envolve o diálogo. Na verdade, exige o diálogo. Assim, a melhor estrutura para comunicar o evangelho tem de ser a estrutura dialógica.

Essa tem sido a experiência na América Latina vivida nas comunidades de base onde a Bíblia é lida e interpretada pelo povo com a ajuda de líderes preparados. A leitura e a interpretação da Bíblia nessas comunidades passou a ser conhecida como “leitura popular da Bíblia”. Abandonou-se a estrutura do antigo sermão. O líder (bispo, sacerdote ou leigo) não fala ao povo. Fala com o povo. Esta estrutura cria participação e convida aos outros a se juntar na maravilhosa aventura de ouvir a palavra de Deus agora. O povo oferece suas necessidades em forma de perguntas, de histórias, de sugestões e de esperanças. O líder conduz a conversa, e o Espírito Santo inspira a todos. Trata-se de uma estrutura aberta. Ninguém pretende dizer a verdade final. Mas todos buscam essa verdade juntos. E a verdade manifesta-se na criação da autêntica comunidade entre leitores e intérpretes. O líder (que, no caso, seria o intérprete original) passa para o povo a tarefa de interpretação, e a interpretação se transforma em manifestação do Espírito Santo.

Nossas comunidades estão doentes. Não sabemos exatamente o que se passou com os enfermos curados por Jesus. Apenas sabemos que sua presença era um bálsamo e que as primeiras comunidades cristãs orientadas pelos apóstolos também passaram pela experiência da cura. Em nossos dias, o Movimento Pentecostal (por meio das igrejas

pentecostais tradicionais e do movimento carismático) explora este ministério em todas as suas dimensões. O apelo do Movimento Pentecostal é muito forte na América Latina em geral e no Brasil em particular. Surgiram inúmeras novas seitas pentecostais, muito embora nem todos os seus líderes demonstrem a profundidade da experiência espiritual dos primeiros discípulos. Somos tentados a fazer o mesmo. Mas não somos pentecostais e não podemos fazer de conta que mudamos. Agir como eles seria mera imitação. E pior, seria falso. Mas, não obstante, a comunidade está doente e Jesus nos mandou curar os enfermos. De que maneira nossos modelos estruturais de missão poderão ser capazes de desenvolver o ministério da cura em nossas comunidades e em nosso mundo?

Acredito na possibilidade de criarmos orientação pastoral honesta em face de nossa tradição e, ao mesmo tempo, comprometida com a missão de Deus no mundo. Os seguintes modelos talvez possam ser relevantes. Nossos doentes são de diferentes categorias. Sofrem de moléstias do corpo, como por exemplo, câncer e Aids, e de doenças da mente. A medicina, a psiquiatria e diversas outras terapias são meios científicos em uso no tratamento dessas doenças. O ministério da cura não pode pretender substituir o que a ciência já conquistou. Não pode se transformar num tipo barato de medicina. O ministério missionário junto aos enfermos tem de ser o ministério cristão. Em outras palavras, a Igreja tem a missão de levar aos doentes a palavra curadora de Deus e a sua bênção. Este serviço pode ser desenvolvido por comunidades religiosas devotadas ao evangelho, e por meio de grupos de pessoas interessadas nesse tipo de missão. Trata-se de uma tarefa de amor e de oração.

Há, no entanto, um outro sentido em que a doença se revela na vida de nossas comunidades, na Igreja e fora dela. Vivemos numa sociedade enferma. As causas de tal doença são a ambição, a competição, o amor pelo dinheiro, a paixão pelo sucesso, o individualismo e o egoísmo. Os resultados causados por essas forças são a solidão, a angústia, o cansaço e o desespero. A estrutura missionária da Igreja, voltada para a cura, precisa ser edificada nas bases da aceitação e do perdão.

b. O segundo elemento a ser criticado e transformado é a estrutura da vida eclesial. Estamos acostumados a pensar que a paróquia tradicional seja a verdadeira unidade da vida eclesial. A verdadeira unidade, no entanto, deveria ser a Diocese (ou seu equivalente em outras denominações), encarregada de desenvolver o trabalho da missão por meio da existência de diferentes sub-unidades. Teríamos, assim, uma estrutura mais livre do que agora. Não queremos dizer que a paróquia tradicional deve ser abandonada. Queremos apenas dizer que a paróquia tradicional onde quer que exista, deve buscar novos meios de alcançar o povo ao seu redor, fazendo o ministério do evangelho. Mas além da paróquia, a Diocese expressa sua vida por meio de outras diferentes estruturas de missão. Entre elas vou citar apenas alguns exemplos: casas de retiro, ordens religiosas, centros de educação e formação teológicas e de educação cristã, igrejas-casas, células de meditação e estudo, e institutos para estudo e debates de temas sociais, políticos e culturais. Aprendemos na América Latina com as Comunidades Eclesiais de Base, a possibilidade de viver a missão por meio de estruturas bastante livres, capazes de se relacionar vivamente com problemas sociais e políticos. Essas comunidades desempenharam importante papel durante os regimes militares que assolaram o Brasil e outros países da América Latina: foram os únicos lugares onde o povo cristão conseguia interpretar a fé cristã em face das questões sociais e políticas que

enfrentava. O papel das Comunidades Eclesiais de Base sempre foi determinado pelo grupo e se viu que as possibilidades eram muitas.

Não me compete dizer à minha igreja ou a qualquer outra igreja como construir modelos estruturais de missão. A descoberta de novos modelos só pode resultar de muita conscientização e experiência. Temos tentado por algum tempo aqui em São Paulo a construção de uma experiência que denominamos inicialmente de “Comunidade da Libertação”. Era um grupo formado principalmente por estudantes universitários e jovens profissionais procedentes de diversas denominações cristãs. Esse grupo sempre centralizou a sua vida comunitária na Eucaristia. O grupo esteve ligado à Diocese Anglicana de São Paulo e às vezes tivemos batizados e até mesmo confirmações. A principal característica do grupo era a novidade na vida litúrgica. O próprio grupo criava as liturgias e selecionava a música que, na maioria das vezes, era brasileira e popular. Seguíamos o modelo do *Livro de Oração Comum* sem nos sentir prisioneiros de suas fórmulas. As liturgias tinham intróitos, preparação, confissão e absolvição. Palavra, meditação, ofertório, consagração, comunhão e encerramento. Se por um lado, sempre mantivemos os elementos básicos da liturgia tradicional, as palavras das diferentes partes eram sempre novas. Assim, também, os cânticos. Introduzimos auxílios visuais nos cultos e procuramos dar atenção aos “cinco sentidos” da congregação: tato, cheiro, gosto, audição e visão. Dançamos algumas vezes e ficamos em silêncio ou de joelhos, em outras. Tentamos desenvolver um ritmo capaz de dar sentido à celebração litúrgica. Depois de demorada avaliação de sua estrutura o grupo decidiu continuar a experiência talvez, agora, numa dimensão mais ampla.

A breve descrição desta experiência nos leva à consideração da liturgia da Igreja como parte do modelo estrutural da missão. A liturgia é a principal expressão da sua vida. pertence à estrutura da vida eclesial. Escrevi, faz algum tempo, um artigo intitulado “A libertação da liturgia”. Não vou reproduzi-lo aqui, mas apenas me reportar a um ou dois elementos que devem ser repetidos neste contexto.

O primeiro deles é a urgência de libertarmos a liturgia do cativo do Livro de Oração Comum. Para alguns anglicanos, o *Livro de Oração Comum* fica muito parecido com uma espécie de revelação especial de Deus. Consideram-no intocável: coisa descida do céu. Eu chamo essa atitude de “fundamentalismo litúrgico”, tão nocivo e opressor como qualquer tipo de fundamentalismo bíblico. Prende-se diretamente ao autoritarismo e ao dogmatismo. Em linguagem política, chamaríamos essa atitude de fascista. Não dá lugar para a liberdade. Destrói a criatividade. Reduz o escopo da missão.

Eu não pertenço ao segmento carismático da igreja. Não me parece que este movimento tenha qualquer coisa importante a nos dizer em termos de teologia ou de liturgia. Não obstante, tenho escutado a sua fala e prestado atenção à sua propaganda. E vejo que possui, pelo menos, uma qualidade: mostra-se aberto ao Espírito e rejeita o formalismo. Acho que ainda podemos celebrar a eucaristia com reverência e beleza com a ajuda de novas formas litúrgicas e de música contemporânea. Nossas celebrações não precisam ser cansativas e sonolentas com a desculpa de fidelidade à tradição e à missão. Perpassa por toda a Comunhão Anglicana, hoje em dia, importante movimento de renovação da vida litúrgica a nos chamar insistentemente à aculturação, à experimentação

e à criatividade. Uma “igreja brasileira” deveria, assim, ter uma “liturgia brasileira” e não apenas uma “liturgia traduzida”.

O segundo elemento que desejo mencionar é a libertação da liturgia do hinário oficial da Igreja. Assim como o Livro de Oração Comum oferece orientação e inspiração, assim também se dá com o Hinário. Dá à Igreja exemplos da melhor música e letra disponíveis ao longo da história. Mas não nos dá todas as possibilidades dessa música, nem pode, pela própria limitação temporal, chegar até os nossos dias. Assim, o Hinário precisa ser continuado com a experiência viva de nossa gente no Brasil de hoje. Parece que o Hinário pressupõe o uso do órgão de tubos. Mas não é bem assim. A liturgia precisa também ser libertada da ilusão de que o órgão seja o único instrumento musical sagrado, como se também pertencesse à revelação de Deus. A Bíblia cita inúmeros instrumentos para o louvor de Deus. Assim, os responsáveis pela liturgia devem trazer para o templo do Senhor não apenas os instrumentos mencionados no Salmo 150, mas também os que ainda não eram conhecidos do salmista, como o berimbau e certos tipos de percussão. Somos chamados a desenvolver experiências mais inclusivas de culto. Nossas igrejas têm limitado as formas litúrgicas ao estático, ao meramente mental ou psicológico, e se esqueceram do corpo com os seus variados ritmos. Assim, como Davi, somos chamados a dançar na presença do Senhor. Deus é, na verdade, o “Senhor da dança”, como tão bem sugere o título de conhecida canção.

c. O terceiro elemento a ser criticado é a estrutura teológica do pensamento. Alguns de nós afirmamos a existência de uma “teologia anglicana”. Já dei cursos com esse título para concluir que, na verdade, não existe “teologia anglicana”. Por outro lado, o conceito poderá significar a teologia cristã desenvolvida na perspectiva dessa denominação. Mas não temos uma “teologia anglicana de Deus” ou uma “teologia anglicana da Igreja”. Qualquer boa teologia, que realmente queira ser teológica, será sempre “teologia da Igreja” (da Igreja cristã) e não apenas de um segmento dessa Igreja. Em outras palavras, deve ser ecumênica.

Só teremos uma estrutura teológica de pensamento voltada para a missão quando a teologia for realmente ecumênica. A “teologia ecumênica” não será apenas a teologia relacionada com os demais corpos cristãos, mas com as questões do dia a dia. O *oikoumene*, como sabemos, significa a terra habitada; As questões dessa terra habitada são as mesmas questões da Igreja. Estamos preocupados com a guerra e com a paz, com a injustiça e com a justiça, com a riqueza e com a pobreza, com os opressores e os oprimidos, com o imperialismo e com o socialismo, com a escravidão e com a liberdade, com o racismo e com a igualdade, com a arrogância e com a humildade, com o militarismo e com o pacifismo, com o feminismo, com os direitos humanos, com a ecologia, com a saúde e assim por diante.

Não podemos nos envolver com as estruturas da missão se não estivermos preocupados com a teologia missionária. É por isso que uma das principais falhas da Igreja reside na ausência de pensamento teológico profundo e sério. Temos sucumbido ao espírito de nossa época que vê no pragmatismo a única possibilidade de sobrevivência e sucesso. Assim, somos ensinados todos os dias que o importante é a prática. Mas, por quê? Que sentido haverá em estarmos ocupados todo o tempo sem jamais buscar um templo de reflexão e meditação? É por isso que se faz urgente a criação de centros de

reflexão teológica capazes de produzir e de desenvolver um pensamento teológico significativo e relacionado com a nossa cultura.

Conclusão

Comecei este trabalho falando a respeito das estruturas de poder. Que sabemos de poder? Poder é o elemento teológico destinado à vida. Falei, então, das estruturas da vida eclesial. Expressam poder e querem comunicar o evangelho. Em terceiro lugar, mencionei as estruturas do culto e falei da necessidade de sua libertação das muitas prisões que as sufocam. A missão foi definida como a obra de Deus em nosso mundo. Os diversos modelos estruturais da missão buscam a realização plena do Reino de Deus. Finalmente, vimos que o Reino de Deus significa liberdade, e que a experiência da liberdade tem que estar presente em todas as nossas estruturas se quisermos que, realmente, estejam a serviço da missão. No Reino de Deus, o Espírito Santo é o poder da liberdade. Ele é o único poder que nos pode libertar agora.